

BARROS, José (2015). "As imagens da cidade. As perspectivas dos cientistas sociais". Revista Arquitetura Lusíada. N.º 8 (2º semestre de 2015): p.49-58. ISSN 1647-9009.

## **AS IMAGENS DA CIDADE. AS PERSPECTIVAS DOS CIENTISTAS SOCIAIS**

**José Barros**

### **RESUMO**

Este artigo busca discutir o uso das imagens nas Ciências Humanas, mais especificamente na construção do conhecimento sobre a Cidade. A intenção é elaborar uma visão panorâmica dos vários modelos de cidade ao longo da reflexão urbanística do século XX nas Ciências Sociais e Humanas, incluindo a Sociologia, a Antropologia e a História.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Imagem, Cidade, Modelos Urbanos.

### **ABSTRACT**

This article attempts to discuss the usage of images in the Social Sciences, more specifically in the construction of knowledge about the City. The intention is to elaborate a panoramic view of the several models of the City along the urbanistic thought of the twenty century in the Social and Human Sciences, including the Sociology, Anthropology and History.

### **KEYWORDS**

Images, City, Urban Models.

### **O CIENTISTA SOCIAL FABRICA AS SUAS METÁFORAS URBANAS**

A imagem da Cidade tem sido representada pelos artistas de inúmeras formas. Criar imagens é evidente território de pintores, escultores, arquitetos, ou mesmo de músicos que podem redesenhar em sonoridades as representações citadinas. Contudo, conforme discutiremos neste ensaio, também os cientistas, particularmente os cientistas sociais e humanos, trabalham constantemente com imagens na representação do urbano. Procuraremos discutir, nas próximas linhas, sobre estes modos de representação da Cidade que afetam as Ciências Humanas.

Diante dos múltiplos aspectos urbanos trazidos à tona pela sociologia e pela historiografia do século XX, uma pergunta se impõe. O que vem a ser, afinal, a Cidade?

Na sua ânsia de responder a esta questão, os homens têm produzido metáforas diversas – entre estes homens o poeta, o pintor, o homem comum, e também o cientista social. Mesmo sem perceber, e mesmo que algumas vezes acreditando-se liberto dos recursos metafóricos que os homens da literatura e da arte têm o direito de empregar mais livremente, o pensamento do urbanista e dos demais cientistas sociais também opera por modelos metafóricos ou imagéticos frequentemente espacializados, notando-se ainda que a metáfora empregada – a forma externa mediante a qual se expressa ou se constitui determinado pensamento – também ela ajuda a reformular este mesmo pensamento, a reconduzi-lo para uma determinada direção mental sem que nem sempre o seu usuário disto se aperceba.

No que concerne ao esforço de compreensão do fenómeno urbano, diversas imagens têm sido empregadas desde tempos relativamente remotos, cada qual acarretando em benefícios e limitações. Neste artigo, discutiremos sobre algumas destas imagens do Urbano, que ao serem empregadas pelos cientistas sociais, redefinem de algum modo as suas próprias leituras da cidade.

## **A CIDADE COMO ARTEFATO**

Já se disse que a Cidade, mesmo que não seja o maior artefato produzido pelo homem, é sem dúvida o mais grandiosamente impactante. Ainda que, em sua estrutura física, nenhuma cidade seja tão imensa quanto a Muralha da China, ou que um sistema urbano específico esteja longe de ter a abrangência espacial e social de um sistema de telefonia com seus infindáveis fios que recobrem espaços incomensuráveis, uma Cidade é seguramente o maior artefato produzido pelo homem que pode ser apreendido a determinada distância pelo olhar contemplativo (é bom lembrar que a “muralha da China” só pode ser percebida de maneira compacta e totalizante se o observador estiver situado a uma distância extraordinária, como por exemplo na Lua). Witold Ribczynski (1995) observa que, enquanto uma rede de telefonia é um imenso artefato que permanece relativamente invisível para os homens, a Cidade deve muito de seu poderoso impacto no imaginário social ao atributo de poder ser contemplada em toda a sua grandeza e totalidade pelo olho humano, desde que tomada a devida distância<sup>1</sup>. A Cidade, neste sentido, seria o maior artefato produzido pelo homem que pode ser integralmente apreendido pelo olhar comum.

Seria de se perguntar antes de mais nada pelas formas que pode assumir o artefato urbano na sua própria origem, pelos seus modos de funcionamento, pelos seus padrões de transformação. Estas questões, a serem discutidas mais adiante, permanecem indelevelmente ligadas. De imediato, é bom lembrar que uma determinada imagem do que seja ou deva ser a cidade pode estar implicada na sua própria formação primordial e nas suas subseqüentes transformações. Os próprios homens que se unem para constituir uma cidade já começam a interferir nos seus

---

<sup>1</sup> “O sistema telefônico é imenso mas invisível, e apenas uma parte da Grande Muralha ou do Canal do Panamá podem ser vistos de uma vez; a imensidão destas invenções faz com que elas só sejam apreendidas pela imaginação. Mas uma cidade pode ser vista inteira de uma vez. Daí por que as vistas panorâmicas sejam tão emocionantes” (RIBCZYNSKI, Witold. Vida nas cidades: expectativas urbanas no Novo Mundo. Rio de Janeiro: Record, 1995, p.33).

destinos formais nos primeiros instantes, valendo-se das suas próprias imagens. São estas imagens que o cientista social – ele mesmo um formador de imagens – deve examinar em um primeiro momento.

Kevin Lynch (1960)<sup>2</sup> classifica as cidades em três categorias básicas com relação aos seus padrões formais, de funcionamento e transformação. Haveria as “cidades cósmicas”, que são aquelas cujos traçados são concebidos em função de algum sentido mítico, de algum padrão de espacialização imposto de fora por alguma idéia matriz, ou de algum desenho pré-concebido consoante uma representação específica. Nesta categoria estariam desde as antigas cidades etruscas e indianas, cujo traçado é concebido para atender a algum padrão religioso ou místico, até as modernas cidades como Brasília, que seguem um plano piloto preñado de significados. As “cidades cósmicas” podem ser lidas de fora, porque o seu traçado carrega explicitamente uma mensagem carregada de intencionalidades. Elas foram feitas para significar algo para o observador que as contempla de uma distância a partir da qual o traçado pode ser percebido na sua totalidade.

Haveria também as “cidades práticas”. A imagem que mais se adapta a este tipo de cidades é a da “máquina”, ou do artefato mecânico. São cidades que crescem e se desenvolvem conforme as suas necessidades materiais, à medida que novas partes são acrescentadas e que as velhas partes são alteradas. O padrão de transformação associado a este tipo é o da superposição de um tipo mais ou menos mecânico.

Existiriam por fim as chamadas “cidades orgânicas”, que são aquelas que vão se formando e crescendo mais ou menos à maneira dos organismos vivos, adaptando-se a um terreno em que se viram inseridas de maneira não planejada, e sobretudo fazendo concessões permanentes à vida em toda a sua imprevisibilidade. Estas cidades modificam os seus traçados para se adaptar a um rio que lhes serve de fronteira, contornam os morros ou os absorvem, sobem e descem ladeiras de variados tamanhos. Suas ruas organizam-se livremente para atender mais aos chamados da vida cotidiana que aos planejamentos previamente estabelecidos. As cidades medievais constituem exemplos muito típicos de “cidades orgânicas”, e também as pequenas cidades mineiras do Brasil Colonial como Ouro Preto. Da Idade Média também nos chegam os exemplos das cidades labirínticas que são tão comuns em algumas das sociedades islâmicas <sup>3</sup>/<sub>4</sub> com suas ruelas e becos que se perdem umas nos outros e que desorientam quem não conhece o padrão vital que está por trás de sua aparente desorganização.

Encarar a Cidade como “artefato” pode ter as suas vantagens, mas também traz consigo os seus eventuais limites. Os arqueólogos mais antigos com bastante frequência encaravam a cidade como um artefato a ser recuperado, e não raro como um grande recipiente a ser analisado meramente nos seus aspectos físicos mais imediatos. Ora. A cidade é, na contrapartida, “uma forma que adquire conteúdos variáveis”<sup>3</sup>. Estudar a forma separada do seu conteúdo é sinal de uma nem sempre adequada ‘divisão

<sup>2</sup> LYNCH, Kevin. A Imagem da Cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1994. (The Image of City. Cambridge Mass: MIT Press, 1960).

<sup>3</sup> RONCAYOLO, Marcel. “Cidade”, In Enciclopedia Einaudi. Região. (volume 8). Lisboa, Imprensa Nacional, 1986. p.398.

do trabalho intelectual', esta que se torna cada vez mais insustentável face aos parâmetros da interdisciplinaridade que invadem diversos campos do saber científico.

Gordon Childe (1950)<sup>4</sup> é talvez o primeiro arqueólogo a libertar-se do tipo de modelo “artefato” mediante o qual os arqueólogos de seu tempo costumavam conceber a cidade, talvez aprisionados por uma leitura arqueológica demasiado específica. Procura desenvolver, ao contrário, uma visão global da cidade – e não apenas uma análise linear das suas construções e artefatos. É já um arqueólogo no sentido mais moderno  $\frac{3}{4}$  historiador da cultura material que revolve o artefato urbano para decifrar a sociedade nos seus múltiplos aspectos, e que se vale de conhecimentos interdisciplinares para enxergar a cidade mais como sistema do que como artefato arquitetónico.

## OS MODELOS BIOLÓGICOS E ECOLÓGICOS

Se a cidade pôde ser compreendida por alguns arqueólogos e urbanistas como um artefato, não faltaram estudiosos que consideraram este modelo inadequado para a expressão daquilo que há de vivo e de mutável nesta formação social específica. Buscando reagir à idéia de enxergar a cidade como mero recipiente, não deixaram de surgir também os modelos biológicos diversificados<sup>5</sup>.

Os modelos biológicos utilizados para a compreensão das cidades e dos processos de crescimento urbano remetem a duas vertentes. De um lado, a comparação da cidade com um organismo vivo, seja um organismo complexo formado por vários órgãos que desempenham funções diversas, seja a célula, notando-se que este modelo é freqüentemente utilizado para a visualização dos processos de crescimento urbano. De outro lado, a cidade pode ser enquadrada como ambiente ecológico, uma vez concebida a ecologia como um estudo dos seres vivos em relação com o seu ambiente. Assim, este último modelo abarca a interação dos seres vivos não apenas uns com os outros, mas também a sua interação com o ambiente inorgânico.

Tanto uma como outra vertente dos ‘modelos biológicos’ implica em trazer para o vocabulário das ciências humanas uma série de palavras e expressões que, a princípio, estiveram vinculadas às ciências naturais. Hoje estas palavras já são de uso corrente para a expressão de fenômenos sociais, particularmente os relacionados ao âmbito urbano. Dentre as expressões herdadas da terminologia clássica, que passou a examinar a cidade como um organismo, destacam-se noções como “crescimento”, “tecido”, “artéria”, “coração”, “função”. Veremos, contudo, que o empréstimo dos modelos naturais para a compreensão do fenômeno urbano tem uma história remota, e que alguns sociólogos do século XX apenas resgatam um modo já de pensar a cidade já tradicional, embora o adaptando a necessidades inteiramente novas.

<sup>4</sup> CHILDE, V. G CHILDE, V. Gordon. “The Urban Revolution” In Town Planning Review. Londres: abril de 1950.

<sup>5</sup> A Escola de Chicago, como veremos adiante, sustentava que a cidade não era apenas um artefato, mas em diversos graus, um organismo”. Deve-se acrescentar ainda que, ao lado dos sociólogos da Escola de Chicago, a própria associação entre Cidade e realidade biológica já havia sido iniciada pelos próprios estudiosos oriundos do campo da Biologia. Assim, Patrick Geddes, biólogo escocês, já havia publicado em 1915 um livro intitulado Cidades em Evolução (GEDDES, Patrick. Cidades em Evolução. São Paulo: Papirus, 1994).

Não eram raras na Antiguidade as comparações da cidade a um grande ser. A Bíblia nos mostra os tradicionais exemplos de comparação da cidade de Jerusalém com a noiva de Cristo, ou da Babilônia como a Grande Prostituta. Mas as possibilidades vão além: comparar a cidade ao ser vivo abre-se à possibilidade de visualizar a cidade como um corpo constituído por diversos órgãos. Este tipo de metáfora corporativa da cidade remete fundamentalmente à Idade Média. Um dos exemplos mais notórios é a descrição do “corpo citadino” por João de Salisbury, parisiense do século XIII, na obra *Policraticus*. Para ele, cada grupo social estaria fadado a desempenhar uma função específica. Os mercadores, por exemplo, seriam equivalentes ao “estômago da sociedade”, e no seu aspecto negativo arriscariam transmutar-se em um órgão desmesuradamente guloso. O historiador Walter Ullmann (1966)<sup>6</sup>, que estudou a obra de Salisbury, interpreta a sua utilização da metáfora do corpo para representar a Cidade como um desejo de “imobilização do indivíduo na sociedade” e de sua fixação por trabalho ou função. No contraponto desta concepção medieval do corpo citadino, quanto mais elevada fosse a função de um indivíduo, mais influência, mais riqueza e mais direitos lhe seriam atribuídos.

A metáfora da cidade como corpo presta-se, como se vê, a propósitos explicitamente funcionais. Não é a toa que, por ocasião da emergência do positivismo comtiano no século XIX, que buscava legitimar e privilegiar o papel de uma burguesia industrial como órgão diretivo da sociedade, ressurgam metáforas comparando as camadas dirigentes ao cérebro e o operariado aos braços e pernas. Modificadas em diversos aspectos, algumas destas idéias em torno das funções sociais seriam levadas para o século XX por Émile Durkheim (1962)<sup>7</sup>.

Deve-se ressaltar que, mesmo antes de Augusto Comte, Saint-Simon, que fora mentor do jovem positivista na fase inicial de sua carreira, já havia utilizado o modelo biológico para a análise social. Com Saint-Simon, porém, o modelo do organismo social fora utilizado para um propósito diametralmente oposto, buscando criticar radicalmente o poder preestabelecido ao assinalar a idéia de que algumas classes, como o clero e a aristocracia, seriam como que “parasitas do organismo social”.

O século XIX trouxera também a ‘atitude evolutiva’. Diversos pensadores no Ocidente já vinham desde o século das Luzes elaborando a idéia de ‘progresso do desenvolvimento humano’, tendendo a imaginar a civilização ocidental como uma etapa superior a ser alcançada por todas as sociedades. Por outro lado, em 1859 Charles Darwin formulara no campo das ciências naturais a sua teoria da *Evolução das Espécies*. Com ela, além de reforçar a idéia de um plano evolutivo identificável na própria natureza, introduzira novos conceitos – como o de ‘competição natural’ – que não tardariam a ser reapropriados pelas ciências humanas. É também a partir de Charles Darwin que E. Haeckel (1834-1919) formula as bases para um novo campo

<sup>6</sup> ULLMANN, Walter. *The Individual and the Society in the Middle Ages*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1966.

<sup>7</sup> “Há certamente circunstâncias nas quais muitas funções econômicas entram em concorrência. No organismo individual, a seguir a um jejum prolongado, o sistema nervoso nutre-se com prejuízo dos outros órgãos, e o mesmo fenômeno produz-se se a atividade cerebral atinge um desenvolvimento demasiado considerável. O mesmo acontece na sociedade nas épocas de carestia ou de crise econômica. As funções vitais são obrigadas, para subsistir, a privar dos seus meios de sustento as funções menos essenciais” (DURKHEIM, Émile. *A Divisão Social do Trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.270-1).



do saber, a ‘ecologia’, considerando-o como o estudo da economia e do modo de habitar dos organismos animais, incluindo-se as relações dos animais com o ambiente inorgânico e toda a intrincada série de relações à quais Darwin se referiu falando de condições da luta pela existência.

Ora. Este desenvolvimento significativo no campo das ciências naturais e da ecologia, bem como esta retomada de modelos naturais pelos sociólogos oitocentistas para expressar relações diversas do universo humano, não tem propriamente uma repercussão imediata no campo dos estudos urbanísticos que lhes foram contemporâneos, pelo menos no que concerne à formulação de modelos para visualizar a cidade. Já vimos que a preocupação dos historiadores oitocentistas da cidade fora sobretudo com os aspectos institucionais, o que se deve em parte a uma demanda pelos seus serviços da parte dos governos estatais que buscavam se reorganizar no novo quadro europeu pós-napoleônico. A cidade como uma grande família, como um grande agrupamento de células institucionais básicas, ou, enfim, como uma grande instituição - este fora o modelo instrumentalizado pelos historiadores das instituições municipais e dos estados nacionais reorganizados, e também daqueles poucos que se aventuraram a refletir sobre as origens do fenômeno urbano.

Mas já começava a gestar-se algo novo em termos de visualização do fenômeno urbano que só daria seus principais frutos nas primeiras décadas do século XX. A teoria da evolução, os primórdios da ecologia, por um lado, e a ‘livre competição’ da economia clássica, com a contrapartida socialista que trazia à tona as inquietações sociais e retomava a noção de ‘luta de classes’, por outro – começava a fermentar aí uma nova imaginação sociológica, pronta a ser catalisada por uma renovada aceleração industrial trazida pelas primeiras décadas do século XX.

É todo este conjunto de idéias que precede a formulação de uma ‘ecologia urbana’ na década de 1920, devendo-se acrescentar que também por esta época os biólogos começam a desvendar os segredos da “célula” e a inteirar-se a respeito de seus processos de crescimento. Ao mesmo tempo, enquanto a Europa recuperava-se da Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos começavam a despontar como um novo palco para a repensagem do fenômeno urbano na modernidade. Face a toda uma massa de informações que envolviam desde o estudo da ecologia até os mecanismos mercadológicos examinados a partir da ótica do liberalismo econômico, e face à ânsia de formular novos modelos para a compreensão do funcionamento e das disfunções da cidade, um grupo de sociólogos especializados nos estudos urbanos estabelece na Chicago dos anos 1920 o novo campo da ‘ecologia urbana’. Por eles, a cidade será considerada a partir de então como “o *habitat* natural do homem”.

“A cidade é uma constelação de áreas naturais, cada uma delas com o seu ambiente característico e a sua função específica no conjunto da economia urbana”. Foi com estas palavras que E. Park definiu a cidade em um famoso artigo intitulado *A Cidade como um laboratório social*, no qual buscava sintetizar algumas das suas idéias acerca do fenômeno urbano. A definição é particularmente interessante por ressaltar dois aspectos fundamentais do pensamento ecológico deste que foi um dos fundadores Escola de Chicago. Por um lado, Park fala-nos em “áreas naturais”, remetendo-nos a um diálogo com a Ecologia que não hesitará em trazer para o plano

sociológico noções como “estímulo”, “mobilidade”, “caráter patológico”, “competição”, “simbiose”. Por outro lado, o sociólogo americano também nos fala de *funções* específicas para estas que seriam as ‘áreas naturais’ da formação urbana.

Park fora discípulo de Simmel, que instigara na geração da Escola de Chicago o interesse pela ‘mobilidade social’ e pela psicologia do homem urbano<sup>8</sup>. Mas também fora profundo conhecedor da obra de Durkheim, daí retirando a preocupação com as funções sociais. Explica a formação daquilo que chamou de ‘áreas naturais’ por intermédio do ‘princípio da comunicação’ e do ‘princípio da competição’, neste último particular notando-se um certo darwinismo social que muitos criticariam em alguns dos escritos produzidos pela Escola de Chicago. Com base no princípio da competição, a distribuição da população tende a selecionar e agrupar conjuntamente os semelhantes. Desta forma, seria da relação dialética entre ‘competição’ e ‘comunicação’ que seriam geradas, sempre por processos de ajustamento, as ‘áreas naturais’.

A obra fundadora da Escola de Chicago é a publicação coletiva denominada *The City* (1925), onde aparecem textos de Park, Burgess, Mckenzie e Wirth, entre outros<sup>9</sup>. Sua principal contribuição é a constituição de um novo modelo de visualização da cidade, que os próprios membros da Escola de Chicago procuraram entender como um novo campo do conhecimento. A ‘ecologia humana’, desta forma, é definida por Mckenzie na obra coletiva de 1925 como “a ciência que se ocupa dos aspectos espaciais, das relações simbióticas de seres e de instituições na medida em que estejam empenhados nas forças seletivas, distributivas e adaptadoras do ambiente físico”.

Deve-se entender, antes de mais nada, que a Escola de Chicago foi um grupo de pesquisas efetivo, onde cada um recebeu certas funções voltadas para a preocupação de abarcar a totalidade dos aspectos urbanos. Burgess, por exemplo, foi encarregado de estabelecer um modelo generalizável para o crescimento das “áreas naturais”. Wirth estudou os aspectos da ‘mobilidade’, da ‘desorganização social’, da caracteriologia do cidadão e, por outro lado, da formação de subculturas urbanas. Voltados para uma miríade de aspectos associados ao fenômeno urbano, o modelo da cidade como o lugar natural do homem assumia múltiplas formas, emprestadas às comunidades simbióticas de seres vivos, às colméias, às células em crescimento e multiplicação, aos ecossistemas, aos modelos do corpo e do organismo vivo com sua divisão funcional em uma diversidade de órgãos – e era um vasto campo de imagens que se abria a partir destes pensamentos iniciais.

## A CIDADE ENTENDIDA COMO UM SISTEMA

A Cidade também tem sido modernamente compreendida (ou visualizada) como um sistema. Mas que tipo de sistema? Eis aqui uma nova pergunta que se abre a

<sup>8</sup> Em 1916, Robert Ezra Park já havia publicado um artigo na linha de Simmel, que se intitulava A Cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no ambiente urbano. Esse artigo já prenuncia a linha de pesquisas que marcaria a Escola de Chicago a partir de 1925.

<sup>9</sup> BURGESS, E. W.; PARK, E.; MCKENZIE, R.D. *The City*. Chicago: University of Chicago Press, 1925.

múltiplas respostas. Isard (1942)<sup>10</sup> a considerou como “sistema circulatório”, e os membros da Escola de Chicago a assimilaram a um “sistema ecológico”. Mas a Cidade também pode ser encarada como um sistema no sentido informático, abrindo-se ainda aqui múltiplas possibilidades conforme a definição do modelo de interação para os seus vários elementos. Um famoso artigo do arquiteto e matemático Christopher Alexander (1967) poderá nos servir para elucidar esta questão.

Intitulado “A Cidade não é uma Árvore”, o texto do arquiteto vienense recebeu o prêmio de melhor artigo do ano de 1965 no campo do *design*<sup>11</sup>. O autor defende a tese da superposição dos subsistemas de vida urbana, propondo superar os modelos reducionistas e esquemáticos de compreensão da cidade (por ele chamados de “estruturas em árvore”) em favor de modelos que captem a verdadeira complexidade urbana (“estruturas em grelha”).

O artigo de Alexander objetiva a princípio contribuir para uma nova maneira de pensar a cidade, imprescindível aos urbanistas que pretendam projetar ou criar novas cidades sem perder aspectos da “cidade natural”. De nossa parte, acreditamos que o modelo de compreensão proposto pelo urbanista vienense seja também útil para a compreensão da natureza intrínseca das cidades já existentes e de sua complexidade, que às vezes se vê reduzida e comprometida por esquemas simplificadores.

Alexander distingue, a princípio, dois modos de pensar que coincidem com modelos de representação de estruturas de conjuntos. A “Árvore” corresponde a uma estrutura ramificada que o homem utiliza toda vez que pensa na esquematização, ou na abstração de uma estrutura. A “estrutura em Grelha” corresponde ao modelo proposto pelo autor.

Para exemplificar, considere-se uma cidade hipotética. Existe uma esquina onde se localiza um bar com uma banca de jornais em frente. No cruzamento diante da esquina existe um sinal de trânsito. Quando este se abre para o tráfego, o pedestre para na calçada e aproveita para ler superficialmente as notícias e informações dos jornais e revistas. Outros se habituariam a tomar diariamente um café no bar em frente. Farol, calçada, transeuntes, jornaleiro, banca de jornais e bar são elementos que formam um “conjunto”. Uma vez que estes elementos interagem, o conjunto é chamado de “sistema” – um sistema efetivamente significativo para diversos cidadãos.

Numa cidade, existe uma infinidade destes pequenos sistemas, que por isso são chamados de “subsistemas”. A vida urbana de uma cidade utiliza uma parte dos subsistemas disponíveis na cidade. Os subsistemas significativos para cada cidadão se integram, superpondo-se. Cada elemento de um subsistema pode pertencer a outro subsistema, consistindo nisto a riqueza da vida urbana.

Ora, é precisamente esta superposição e esta riqueza que se perdem nos modelos de compreensão habituais, fundados na “estrutura de Árvore”. Imagina-se

---

<sup>10</sup> ISARD, W. “transport development and building cycles” In *Quarterly Journal of Economics*, 57(1), 90-112, November, 1942.

<sup>11</sup> ALEXANDER, Christopher. “Une ville n’est pas un arbre” In. *Architecture, Mouvement et Continuité*, nov., 1967.



os elementos separados, contíguos, mas não superpostos. Desta forma, acaba-se separando os elementos de uma unidade, esquematizando um modelo de cidade que não corresponde em absoluto à sua vida urbana. Em projetos urbanísticos, isso corresponderia a planejar zonas de funções estanques, distribuições rígidas de equipamento, isolamento da recreação, sem prever em momento algum uma integração efetiva de seus elementos. Em análise sociológica ou historiográfica, acrescentaríamos por nossa conta, isto corresponde a repartir as cidades já conhecidas em compartimentos e sub-sistemas não integrados, sacrificando a compreensão da verdadeira vida social que aí se desenrola. Ou seja, apesar de a vida urbana corresponder a uma “estrutura de semi-grelha”, estabelece-se uma “estrutura de árvore” para facilitar a ação de pensar.

Uma coleção de conjuntos constitui uma “semi-grelha” somente quando dois de seus conjuntos se superpõem e o conjunto de elementos comuns a ambos também pertencem à coleção. No exemplo antes mencionado, isto corresponderia a dizer que existe um conjunto “sinal de trânsito - banca de jornais” e outro conjunto “banca de jornais - bar”; a “banca de jornais” é uma unidade que também pertence à coleção. De forma contrária à “estrutura de grelha”, a “Árvore” define-se como a coleção em que, para cada dois conjuntos, ou um está inteiramente contido no outro ou estão totalmente separados.

Estendendo por nossa conta a reflexão de Alexander para as análises sociológica e historiográfica, deve-se evitar o risco de isolar estruturas sociais e vizinhanças também em compartimentos estanques. A família X tem vínculos de amizade com a família Y, pertençam ou não à mesma unidade de vizinhança, ou mesmo a grupos sociais diferentes. Em uma cidade moderna, por exemplo, os filhos vão a uma escola de outro bairro porque lá parece haver professores melhores, e as compras mais importantes podem ser feitas em um supermercado mais afastado em virtude de preços melhores. Em cidades medievais, existem mesmo ambientes ou ocasiões que pressupõem o contato entre grupos sociais diferenciados, apesar de toda a compartimentação prefigurada pela hierarquização ou pela setorização corporativa das sociedades urbanas medievais.

Isso não quer dizer que não se deva estudar os mecanismos de segregação social ou a compartimentação urbana, que apresentam efetivamente diversas formas consoante as várias sociedades e períodos históricos. Significa apenas que não se devem desprezar os aspectos que transformam a cidade em um grande sistema integrado. A proposta de Alexander, conforme pudemos examinar, é integralizar neste novo modelo urbano a teoria dos conjuntos e da informática, com vistas a obter novas visões objetivas da complexa realidade citadina e da integração dos seus subsistemas, além de forçar a compreensão da natureza psicológica e social da vida urbana para encontrar os princípios ordenadores de uma cidade.

O que se viu aqui, de forma apenas preliminar, fundamenta-se na idéia de que o urbanista e o cientista social, ou ainda o estudioso dos fenômenos e das estruturas urbanas nos demais campos do saber, sempre constitui o seu objeto de estudo a partir de determinadas imagens da cidade ou de modelos para a sua compreensão – imagens e modelos que terminam por produzir, no fim das contas, expectativas

e perspectivas específicas, que acabam por permitir ou favorecer determinadas metodologias e aportes teóricos conforme a imagem a partir da qual o estudioso se aproxima do fenômeno urbano. Resta dizer, por fim, que a imagem ou modelo utilizado também tenderia, muito possivelmente, a favorecer determinadas formas de expressão e de constituição do texto final destinado a expor os resultados do trabalho e da reflexão do pesquisador.

## **JOSÉ BARROS**

(Falta nota curricular. Exemplo do autor infra mencionado)